



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A Administração

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	(Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/17	31/12/16
Ativo Circulante		23.106	23.633
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.631	2.027
Títulos e valores mobiliários	6	2.175	2.251
Contas a receber ativo financeiro	7	17.466	17.439
Outros ativos		834	1.916
Não circulante		73.202	73.532
Contas a receber ativo financeiro	7	72.507	73.198
Depósitos judiciais		136	211
Imobilizado		159	123
Total do Ativo		96.308	97.165

	(Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/17	31/12/16
Passivo Circulante		9.051	7.111
Empréstimos e financiamentos	8	—	3.938
Fornecedores		71	10
Impostos a recolher		166	583
Passivos relacionados - Dividendos		7.759	1.620
Encargos regulatórios		839	733
Outros passivos		220	161
Não circulante		22.788	25.730
Empréstimos e financiamentos	8	—	16.319
Adiantamento para futuro aumento de capital		12.000	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	10.110	8.678
Outros passivos		678	733
Patrimônio líquido		64.469	64.324
Capital social	11.1	29.064	29.064
Reservas de lucros		30.741	29.060
Dividendos adicionais propostos		4.664	6.200
Total do passivo e do patrimônio líquido		96.308	97.165

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Descrição	(Em milhares de reais)							
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		29.064	2.031	656	—	27.156	—	58.907
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	7.103	7.103	—
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	—	355	—	—	(355)	—	—
Reserva de lucros	11.2	—	—	—	(2.027)	2.027	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	—	—	—	—	(6.200)	(1.686)	—
Dividendos adicionais propostos	11.2	—	—	—	6.200	—	(889)	—
Reserva de incentivos fiscais	11.2	—	—	889	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016		29.064	2.386	1.545	6.200	25.129	—	64.324
Lucro líquido do período		—	—	—	—	7.900	7.900	—
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	—	395	—	—	(395)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	—	—	—	—	(1.555)	(1.555)	—
Dividendos adicionais propostos	11.2	—	—	—	4.664	(4.664)	—	—
Dividendos adicionais propostos aprovados	11.2	—	—	—	(6.200)	—	(6.200)	—
Reserva de incentivos fiscais	11.2	—	—	1.286	—	(1.286)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2017		29.064	2.781	2.831	4.664	25.129	—	64.469

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ("Companhia" ou "EES") foi constituída em 19 de dezembro de 2008, em caráter provisório, com o objetivo de planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996, 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). A Companhia possui o direito de explorar, diretamente ou mediante contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número do Contrato de concessão	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 14.308	IPCA

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permiária - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. A transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à Receita Anual Permiária - RAP, a partir do 16º (décimo sexto) ano de concessão (cinquenta por cento) da Receita Anual Permiária do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo de concessão. A esta receita aplicam-se os critérios de reajuste e revisões previstos no contrato de concessão. Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a cidade linha de transmissão e a respectiva substituição, em 3 de maio de 2009 e 1º de maio de 2010, em 6 de julho de 2010 e 2ª RBNI. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração das informações contábeis em 21 de fevereiro de 2018. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro está incluída na nota explicativa nº 7.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados, nessas demonstrações contábeis. **3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como "valor justo por meio do resultado". **3.1.2. Contas a receber ativo financeiro:** As Contas a Receber Ativo Financeiro são classificadas em duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permiária - RAP como ativos financeiros pelo custo amortizado e a parte recuperada pela indenização na final da concessão como "valor justo por meio do resultado". **3.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4. Ativo financeiro de concessão:** De acordo com a ICPG 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato. O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo. **3.1.5. Baixa de ativo financeiro de concessão:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação. **3.1.6. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual incidência de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados impairment quando existem evidências de que um ou mais fatores tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.2. Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias inerentes ao tempo decorrido, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo financeiro são reconhecidos no balanço patrimonial. **3.3. Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como custo amortizado. **3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5. Tributação:** **3.5.1. Imposto sobre a receita:** As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração

Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda (IR) e a Contribuição Social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual. A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE pelo prazo de até 31 de dezembro de 2020, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. **3.5.3. Imposto de renda e contribuição social - diferido:** Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.6. Taxas regulamentares:** **3.6.1. Reserva global de reversão:** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permiária - RAP. **3.6.2. Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% da RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme requerido para a realização dos investimentos. **3.6.3. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP. **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.8. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias e são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio. **3.9. Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica:** A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. **3.9.1. Receita de infraestrutura:** A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPG 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relatadas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à apresentação das demonstrações contábeis, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade. **3.9.2. Receita de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. **3.9.3. Receita de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato. **3.9.4. Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.10. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.11. Demonstração dos fluxos de caixa: A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC-NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planejamos adotá-las de forma antecipada. **11.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 29.064, representados por 29.064.000 ações ordinárias nominativas. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

Acionistas	31/12/17		31/12/16	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Alupar Investimentos S/A	29.063.999	100,00	29.063.999	100,00

Membros do Conselho de Administração

Titulares	31/12/17	31/12/16
Titulares	29.064.000	29.064.000

11.2. Reserva legal e destinação do resultado: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 20% do capital social somado ao valor total das reservas. **Destinação do resultado**

	31/12/17	31/12/16
Lucro líquido do exercício	7.900	7.103
Constituição de reserva legal (5%)	(395)	(355)
Incentivo fiscal	(1.286)	(889)
Subtotal	6.219	5.859
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.555)	(1.686)
Dividendos adicionais propostos (*)	(4.664)	(6.200)
Reserva de lucros	—	2.027
Saldo de lucro acumulados	—	—

(*) A distribuição dos dividendos adicionais está sendo proposta "ad referendum" à assembleia de acionistas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/17	31/12/16
Caixa e equivalentes de caixa	29.064	29.064
Número disponível	604	15
Reserva de depósitos bancários	2.027	2.027
	2.631	2.027

Os certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou os contratos de financiamento do BNDES, porém aguarda o termo de quitação da dívida para liberar as aplicações financeiras vinculadas a esses contratos. Em 31 de dezembro de 2017 essas aplicações são remuneradas em 97,62% do CDI (96,54% do CDI em 31/12/2016).

7. CONTAS A RECEBER ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa: a saber: (a) Parte através da Receita Anual Permiária - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão. **Movimentação das contas a receber ativo financeiro**

	31/12/17	31/12/16
Saldo em 31 de dezembro de 2015	90.159	90.159
Receita de operação e manutenção (nota 12)	2.650	2.650
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 12)	12.575	12.575
Receita de infraestrutura (nota 12)	35	35
Recuperação das contas a receber ativo financeiro (baixa)	(14.738)	(14.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90.637	90.637
Receita de operação e manutenção (nota 12)	2.725	2.725
(-) Parcela variável	(7)	(7)
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 12)	12.420	12.420
Receita de infraestrutura (nota 12)	80	80
Recuperação das contas a receber ativo financeiro (baixa)	(15.482)	(15.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	90.373	90.373
Contas a receber ativo financeiro - circulante	17.466	17.466
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	72.907	72.907
	90.373	90.373

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/17	31/12/16
Receita operacional líquida	12	13.530	12.944
Custo operacional	(1.552)	(1.219)	(1.219)
Personalização	(427)	(474)	(474)
Material	(117)	(42)	(42)
Serviços de terceiros	(809)	(489)	(489)
Outros	(119)	(279)	(279)
Custo de infraestrutura	(80)	(35)	(35)
Lucro bruto	11.978	11.725	11.725
Despesas operacionais	(1.163)	(1.412)	(1.412)
Pessoal e administradores	(734)	(903)	(903)
Material	(2)	(26)	(26)
Serviços de terceiros	(274)	(303)	(303)
Outros	(145)	(177)	(177)
Lucro antes do resultado financeiro	10.815	10.313	10.313
Despesas financeiras	13	(2.111)	(2.111)
Receitas financeiras	13	640	595
		(1.471)	(1.516)
Lucro líquido do exercício	14	(466)	(874)
IRPJ e CSLL correntes	9	(1.432)	(910)
IRPJ e CSLL diferidos		(1.898)	(1.694)
Lucro líquido do exercício diluído - R\$	9	7.900	7.103
Quantidade de ações do capital - lotes de mil	29.064	29.064	29.064

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/17	31/12/16
Lucro líquido do exercício	7.900	7.103
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	7.900	7.103

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS